



JUNTAS SOMOS MAIS FORTES: RESISTÊNCIAS AFETIVAS E EMOÇÕES POLÍTICAS

JOINTS ARE STRONGER: AFFECTIVE RESISTANCES AND POLITICAL EMOTIONS

Leila Maria Passos de Souza Bezerra - Pós-Doutora em Sociologia - Universidade Estadual do Ceará - leila.passos@uece.br

Ingrid Lorena Silva Leite - Doutoranda em Sociologia - Universidade Federal do Ceará - lorenaleitte17@gmail.com

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar a construção e efetivação do projeto de extensão intitulado Juntas somos mais fortes: resistências afetivas e emoções políticas, materializado e formado por mães e familiares de jovens vítimas da violência em Fortaleza, em parceria com o curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa com base na observação participante e pesquisa de campo, com o objetivo de compreender a atuação de mulheres mães no âmbito dos movimentos sociais. Mães que em diferentes contextos e situações, que buscam formas de lutar pelos seus filhos que ou foram violentados, ou estavam desaparecidos ou foram assassinados. Ressaltamos que nesse processo de sucessivas aproximações com o campo, pensamos em uma proposta do curso de formação política com mães e familiares, objetivando contribuir para com as lutas sociais travadas por esses sujeitos e sujeitas de direitos. Por fim, destacamos a dimensão política da Universidade, sobretudo em formar espaços e saberes democráticos e plurais, tendo a comunidade como pilar nesse processo de construção do conhecimento crítico.

Palavras-chave: Formação política. Mulheres. Direitos sociais.

ABSTRACT

This article aims to present the construction and implementation of the project of intitulate extension Together (the) we are stronger: affective resistances and political emotions, materialized and formed by mothers and relatives of young victims of violence in Fortaleza in partnership with the Social Work Course of the State University of Ceará - UECE. To this end, we conducted a qualitative research based on participant observation and field research, with the objective of understanding the performance of female mothers in the context of social movements. Mothers who in different contexts and situations, who seek ways to fight for their children who were either raped, or were missing or were murdered. We emphasize that in this process of successive approaches with the field, we aim to think of a proposal of the political training course with mothers and family members, aiming to contribute to the social struggles fought by these subjects and subject to rights. Finally, we highlight the political dimension of the University, especially in forming democratic and plural spaces and knowledge, with the community as a pillar in this process of building critical knowledge.

Keywords: Political training. Women. Social rights.

INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre a construção do projeto denominado Juntas somos mais fortes: resistências afetivas e emoções políticas, realizado em parceria com o curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará -UECE. O referido projeto é um curso de formação política formado por mães e familiares que integram dois movimentos sociais: Grupo de Mães e Familiares de Jovens do Sistema Socioeducativo do Ceará e as Mães da Chacina do Curió. Ambos formados nos anos 2000, principalmente por mulheres, sobretudo mães de jovens vítimas da violência na cidade de Fortaleza.

São aproximadamente vinte mães e familiares que se reúnem mensalmente para construir estratégias de lutas e resistências que têm como pautas: a garantia de direitos sociais para os jovens autores de atos infracionais e para suas famílias; memória e justiça para os jovens vítimas de homicídio; e garantia de direitos sociais para os jovens e suas respectivas famílias no sistema penitenciário cearense.

A ideia de construir o referido projeto partiu do trabalho de campo realizado com as mulheres durante o ano de 2017, tendo como locus o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA/CEARÁ¹. A pesquisa em questão tinha como objetivo apreender os significados de ser mães de jovens envolvidos com a criminalidade, sobretudo surgiu a possibilidade de fazer um curso de formação política visando contribuir e potencializar as lutas sociais travadas por essas mães e familiares.

Para tanto, a metodologia lapidada neste trabalho está alicerçada na pesquisa qualitativa,

1 O CEDECA Ceará surge, cerca de quatro anos depois da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), a partir da articulação das organizações que atuavam junto a crianças e adolescentes na cidade de Fortaleza, tendo em vista a necessidade latente da existência de um centro de defesa de direitos humanos com enfoque nesse segmento social. O CEDECA Ceará, ao longo desses anos, foi experimentando e aprimorando diversas estratégias de atuação na defesa dos direitos infanto-juvenis, a partir do contexto social e do diálogo com aqueles(as) que sofrem essas violações. À estratégia de proteção jurídica, comum aos centros de defesa, foram sendo agregadas outras, entendidas como necessárias para uma atuação efetiva em prol desses direitos. Mais do que isso, a estratégia jurídica desenvolvida na organização é tributária da Assessoria Jurídica Popular, que compreende o Direito numa perspectiva não tradicional, como um potencial instrumento de transformação social e que tem como base de atuação o tripé: defesa jurídica, educação popular e mobilização social.

com base na observação participante e diários de campo, entrelaçados com a pesquisa de campo efetivada na tessitura das relações sociais com as mulheres que são mães de jovens vítimas da violência na cidade de Fortaleza. Objetivamos com este trabalho evidenciar o tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Este último aspecto ressalta, sobretudo, o papel político em democratizar produção de conhecimento crítico em um espaço livre, principalmente ao compreender que com a participação da comunidade que podemos formar uma verdadeira universidade pública, de qualidade e laica.

MOVIMENTOS SOCIAIS: MÃES DO CEARÁ

Maria Gloria Gonh (2008) destaca que nos anos 1960 os movimentos sociais no Brasil passaram a ganhar visibilidade na própria sociedade na qualidade de fenômenos históricos e concretos. A supracitada autora afirma que

na América Latina, especialmente, no Brasil, os atuais movimentos sociais são distintos dos movimentos que ocorreram na fase do regime militar populista, assim como são diferentes também dos movimentos do final da década 1970 e a partir dos anos 1980 (movimentos sociais reivindicatórios de melhorias urbanas articulados com pastorais, grupos políticos de oposição do regime militar entre outros). Na atualidade, muitos dos novíssimos movimentos sociais, ou ações civis denominadas movimentos, não tem mais o universal horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social (GONH, 2008, p. 12).

Diante disso, os movimentos sociais construídos por mães são considerados novíssimos movimentos sociais, pois são ações coletivas específicas de um contexto de violências que atingem diretamente seus filhos, jovens da periferia. Algo relevante é pensar que as mulheres passam a participar do espaço público, como mães. Diante desta conjuntura, torna-se vital apresentar reflexões sociais que, englobam o objeto em tela, sobretudo, na luta dessas mulheres, em prol dos seus filhos.

Diante desse paradigma, as mães se organizam, em torno de um campo de significação, mantendo expressões, sentimentos e palavras como: cuidado, sacrifício e amor, articulados a este campo. Consequentemente, essas figuras maternas passam a incorporar e participar da luta política, pedindo e exigindo do Estado políticas públicas que tenham a perspectiva da garantia de direitos sociais.

No Estado do Ceará, sobretudo nos anos 2000, temos a construção de dois grupos formados por mães e familiares de jovens vítimas de violência urbana² em Fortaleza-CE, quais sejam: o Grupo de Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo do Ceará e o Grupo Mães do Curió. Atravessados pelas múltiplas marcas das violências estrutural, urbana e institucional, estes grupos vêm constituindo-se em espaços de acolhimento e fortalecimento de seus integrantes, bem como de construção e materialização de pautas de lutas em defesa de direitos sociais de

² Perspectiva interpretativa sobre violência urbana, enunciada por Silva (2004; 2010; 2011) que, trata da violência urbana, compreendida, como um conjunto de práticas sociais que, adquirem sentido para os atores, em suas experiências vividas na cidade, cujo núcleo de sentido consensual é o uso da força física, no crime. Para o autor, a violência urbana, como representação, indica um complexo de práticas legal e, administrativamente, definidas, como crime, selecionadas pelo aspecto da força física, presente, em todas elas, e que, ameaça duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que, costumava acompanhar a vida cotidiana rotineira: a integridade física e a garantia patrimonial (SILVA, 2010, p. 36). Os acontecimentos englobados na concepção de violência urbana, na maioria das vezes, são fatos de qualidades distintas, com causas e efeitos diversos, variando-se, de acordo com o contexto histórico, social e cultural dos envolvidos, seja como agentes ou, vítimas de ações violentas.

jovens em situação de vulnerabilidades socioeconômica e civil (KOWARICK, 2010).

Como assinalam Misse *et al* (2012), é preciso refletir como a violência também está articulada nos processos políticos e como esta se faz presente nas experiências coletivas e individuais e “como novas tecnologias renovam os sentidos da dor, do luto e também da vida e da morte” (2012, p. 336). Vale pensar, ainda, nos sentidos de participação política que essas mães constroem, encontram e mobilizam. O sofrimento e a dor destacados pelas interlocutoras estão implicados no contexto, nas características e nas escolhas que essas mulheres fazem e apresentam em suas narrativas e práticas. Percebe-se que as mães são afetadas pela privação de liberdade dos filhos e as múltiplas violências que eles vivem. Além disso, os grupos são constituídos, eminentemente por mulheres em situação de pobreza multidimensional residentes nas margens urbanas³ de Fortaleza e de sua Região Metropolitana.

Nos referimos ao conceito pobreza reconhecendo-a como expressão limite da questão social produzida e reproduzida na sociedade capitalista: fenômeno sócio histórico, portanto, vinculado originalmente à lógica exploratória e opressora do capital em termos do modo de produção e reprodução da vida social. Nesta linha analítica compreendendo que pobreza ganha novas configurações e visibilidade pública nos anos 1990 e 2000, em meio ao seu adensamento no cerne do capitalismo contemporâneo em seus processos de mundialização. Acumulação flexível, reestruturação produtiva, reforma do Estado, desmonte dos sistemas de proteção social, destituição real e simbólica dos direitos sociais.

Essas transformações do capitalismo contemporâneo remetem a uma ampla bibliografia, trabalhando eixos analíticos do debate atual: as metamorfoses do processo de acumulação do capital e seus rebatimentos no mundo do trabalho; a crise do Welfare State, as correlatas reformas do Estado e o desmonte dos sistemas de proteção social, assim como a destituição dos direitos sociais (HARVEY, 1994; MARX, 1997; SENNETT, 2000; TELLES, 1999; CARVALHO, 2012a, 2012b). Assim, a pobreza assume múltiplas configurações e representações presentes nos discursos midiáticos, políticos e acadêmicos. E caracteriza-se por sua pluridimensionalidade, portanto constituindo sua dimensão multidimensional que abrange perspectivas políticas, culturais, sociais e econômicas (BEZERRA, 2016).

Estes grupos formados pelas mães e familiares acolhem sujeitos (as) cujas trajetórias são marcadas pelo acesso precarizado às políticas públicas – saúde, educação, segurança pública, moradia e assistência social – e, mesmo, pela negação de direitos humanos.

Além disso, são residentes em territórios urbanos estigmatizados desta metrópole, tais sujeitas e seus familiares tiveram suas vidas estilhaçadas em face da violência urbana adensada nestes anos 2000, com ênfase à vitimação de seus filhos (as) alvos da violência letal – neste caso, a reconhecida “chacina do Curió” – e/ou aliciados pela dinâmica do mundo do crime (FELTRAN, 2011).

Neste contexto de violação de direitos, propussemos realizar um curso de formação política junto aos integrantes destes dois grupos, com vistas a contribuir para a construção de suas estratégias de resistências, organização social e defesa de cidadania ativa. Desta feita, vislumbramos o fortalecimento de iniciativas da sociedade civil em defesa dos direitos de adolescentes e jovens das camadas populares em articulação com o empoderamento de mulheres-mães, sujeitas diretamente implicadas nestes microcontextos atravessados por violências difusas.

³ As margens urbanas fazem alusão às reflexões de Vera Telles (2010) para melhor explicitar os espaços produzidos pelos modos como as forças da ordem operam nesses lugares ditos periféricos, em práticas produtoras do homo sacer (AGAMBEN, 2004) em situações imbricadas nas circunstâncias de vida e trabalho dos que habitam esses lugares. A noção de margens torna-se relevante para compreender as dinâmicas e fronteiras borradas e embaralhadas que atravessam e ultrapassam as margens de distintas cidades contemporâneas (BEZERRA, 2016).

A partir dessa construção visamos possibilitar, assim, a tessitura de múltiplos saberes e fortalecer vínculos sociais e de solidariedade entre tais sujeitas configurando caminhos fecundos para o avançar de seus processos organizativos e de sua luta por direitos sociais. Nesta perspectiva, o deciframento crítico do contexto complexo que estão inseridas torna-se fundamental no enfrentamento das violências que atravessam suas trajetórias. A fim de fortalecer a organização e a mobilização destas sujeitas na luta pela efetivação de direitos humanos no Brasil, em especial em Fortaleza-CE, o projeto busca fortalecer as lutas por estas enfrentadas na construção de campos de resistências por justiça, memória e garantia de múltiplos direitos.

Compreende-se, aqui, o significativo compromisso social e político da Universidade neste processo de formação crítica e qualificada destas (es) sujeitas, para fins de estreitamento das relações com a sociedade civil e potencialização do espaço público democrático indispensável à vivência da cidadania.

No Ceará, as *Mães do Curió* demandam justiça, memória e reparação face aos assassinatos de seus familiares no episódio que ficou conhecido como “*Chacina da Messejana*” ou “*Chacina do Curió*”. No dia 11 de novembro de 2015, onze pessoas, em sua maioria adolescentes e jovens, foram executadas na região da Grande Messejana, em Fortaleza-CE. O inquérito policial concluiu que quase cem policiais estavam envolvidos nesta ação. O caso aguarda julgamento pelo Tribunal do Júri. A partir desse episódio, as mulheres-mães passaram a se reunir com o objetivo de exigir do Estado justiça pelos jovens. Esta atuação e luta destas sujeitas resultaram em articulação com a Organização Não Governamental (ONG) Visão Mundial e o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA/CE).

Já o Grupo de Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo do Ceará foi criado em 2013, para reunir mães e outros familiares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade. Este grupo realiza incidência para a garantia dos direitos dos socioeducandos, além de ser um espaço de troca de experiências e apoio.

Esse movimento vem se fortalecendo desde os anos de 2014 e 2015, quando foram registrados, no Relatório de Inspeções das Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo do Ceará,⁴ um total de sessenta rebeliões, motins e episódios conflituosos envolvendo todas as unidades de atendimento socioeducativo destinadas aos adolescentes do sexo masculino de Fortaleza. Baseada no Relatório de Inspeção (2016), a referida crise⁵ foi caracterizada por rebeliões, denúncias de tortura e maus tratos sofridos pelos jovens internos e pela superlotação, que chegou a atingir o percentual de 400% em diversas unidades.

A falta generalizada de produtos básicos, tais como colchões, toalhas, lençóis; restrições ao acesso à água e ao direito de visitas; ausência sistemática de escolarização, profissionalização, atividades culturais, esportivas e de lazer, dentre outras violações de direitos humanos, agravam o contexto. Como expressão da crise do sistema socioeducativo no Ceará, em 6 de novembro de 2015, ocorreu a morte do adolescente Márcio Ferreira do Nascimento, atingido por arma de fogo enquanto cumpria uma medida socioeducativa de internação no Centro Educacional São Francisco. E nesse contexto que as mães lutam diariamente.

A partir da agudização da dita “crise do sistema socioeducativo cearense”, com o objetivo de garantir os direitos dos jovens internos, o grupo passou a construir relações com importan-

4 Relatório de Inspeção conjunta (maio/abr. 2016), Fórum DCA e Núcleo de Atendimento dos Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei (NUAJA) da Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPE), data de 12 de novembro de 2015, que tem um *website* disponível em: <http://www.cedecaceara.org.br/>. Acesso em 12 abr. 19

5 Neste período, ocorreram inúmeros episódios divulgados nos jornais. Dessa forma, ficou intitulada a denominada “crise” do sistema socioeducativo, que tem um *website* disponível em: <http://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/10/22/noticiasjornalcotidiano,3522570/crise-no-sistema-socioeducativo-comisao-sugere-estado-de-emergencia.shtml>. Acesso em 20 abr. 19

tes espaços públicos e entidades da sociedade civil voltados à garantia de direitos, a destacar o Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará, o Instituto Negra (INEGRA) e a Marcha da Periferia.

A tessitura de uma rede de enfrentamento das violências perpetradas contra adolescentes e jovens em situação de pobreza, inscritos nas margens de Fortaleza-CE, tem dado o tom aos debates promovidos por estes grupos de mulheres-mães e familiares na cena pública cearense.

Ambos os grupos estreitaram laços de solidariedade e luta no intercâmbio ocorrido no seminário intitulado “Da juventude à mulherada: Prisões, Racismo e [In]Justiças”⁶ que, promovido por estes dois grupos, oportunizou a aproximação e reconhecimentos mútuos de mulheres-mães de jovens vitimizados (as) pela violência letal de outros estados, a conferir legitimidade e inserção na Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado.

Desta feita, o supracitado tem garantido a ampliação de espaços de resistências afetivas e políticas, por conseguinte, tem potencializado a incidência política na luta por direitos. A fim de colaborar com a qualificação do processo organizativo e de mobilização destas sujeitas, na luta pela efetivação de direitos humanos no Ceará, apresentamos a proposta em tela. Importa salientar a construção dialógica e participativa deste projeto realizado com as próprias mulheres-mães protagonistas deste processo em curso, de maneira a responder as suas demandas de formação permanente e voltada ao campo de resistências por justiça, memória e garantia de direitos.

Ambos os grupos se reúnem mensalmente aos sábados para construir suas formas de lutas, sobretudo ao se fortalecerem ao compartilhar suas experiências e vivências.

Cabe destacar que a violência e suas múltiplas faces são intensificadas pela forma como as relações são estabelecidas nas unidades de internação, nas ruas e nas periferias o que lhes conferem um caráter de normatização. Há uma expressão excessiva e autoritária de poder que impede o reconhecimento do outro e um estranhamento completo do que é sujeito de direito (ZALUAR, 2001). Nesse sentido, os filhos dessas mulheres são considerados “não-sujeitos” ou “não-cidadãos”.

Como forma de resistências, as mães conseguiram estabelecer o “mote” para criar uma rede de informação, apoio e organização, que incorporasse as suas reivindicações, tendo uma noção coletiva. Essas mulheres se prevaleceram do campo de significação, atrelado ao termo mãe, para, então, estabelecerem laços, ações e conquistarem legitimidade para as suas lutas.

Sobre a construção desse “mote”, Freitas (2000) atenta para as situações de violências que essas mulheres experimentam, pois, como um fenômeno constitutivo da sociedade em que vivemos, essas situações também fortalecem a identidade e poder dessas mulheres. Dessa forma, o estabelecimento da mãe que luta se configura como um elemento potencializador fundamental para a legitimação de suas batalhas.

Vale ressaltar que essas mulheres buscam dar visibilidade as suas batalhas com as mobilizações e atuações do grupo de mães, principalmente, as violações cotidianas enfrentadas por elas e por seus filhos. A violência cometida contra os jovens, especificamente os que estão em privação de liberdade, e a indignação frente a esse contexto constitui e impulsiona a ação, tornando-a coletiva para as mães.

Em decorrência das diferenças e, conseqüentemente, das desigualdades entre as próprias mulheres, as violências se agravam de acordo com o contexto em que vivem e poderão ser potencializadas em função do entrecruzamento de suas marcas geracionais, raciais e étnicas;

6 O referido seminário ocorreu de 25 a 27 de abril de 2017 no Cuca do Mondubim com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH).

de sua posição na estratificação social e de sua sexualidade. Esta perspectiva interseccionada ou articulada permite compreender a complexidade e as ambiguidades dos processos de socialização afetados pelas múltiplas violências sociais.

Frisamos que, em determinados contextos históricos, os discursos e práticas que permeiam a categoria maternidade podem reforçar opressões sobre as mulheres. Porém, essas opressões ocorrem de formas diferenciadas quando trazemos para o debate as noções de classe social, relações étnico-raciais e território. A relevância dos apontamentos feitos para a compreensão da categoria maternidade e exigir uma abordagem interseccional e situada, tendo em vista que as vidas das mulheres, pobres, negras, principalmente, aquelas no exercício da maternidade, estão imbricadas aos eixos estruturantes da sociedade brasileira.

Para Piscitelli, perceber as articulações entre as diferenciações permite refletir “sobre as margens de agência concedidas aos sujeitos, isto é, as possibilidades no que se refere à capacidade de agir, medida socialmente” (2002, p. 207). As interseccionalidades são, por fim, formas de capturar as consequências da interação entre inúmeras formas de subordinação, as quais podem superar a noção de superposição de opressões e explorações (PISCITELLI, 2002).

Quando os jovens se envolvem no mundo do crime⁷, principalmente quando são apreendidos e encaminhados para os centros de internação, as mães sofrem pelos seus filhos. A figura da mãe é o suporte. Percebe-se que essa fonte de poder e identidade está relacionada à compreensão de que “ser mãe é tudo” e os “filhos merecem tudo”, e por eles estas mães podem invadir as ruas, organizarem-se em grupos e mobilizarem outras mães. Essas mulheres tornam-se responsáveis por traduzir o sofrimento negro em algo relacionável para outras pessoas (ROCHA, 2016)

A dimensão para essa atividade consiste na luta, compreendida como uma categoria nativa, que nunca esteve propriamente ausente, mas que se destaca nos tempos contemporâneos notadamente porque essa característica de mãe aufere visibilidade nas denúncias e se fortalece por intermédio de seus relatos sobre sua dor e indignação ao tomarem conhecimento da violência a que seus filhos se encontram submetidos.

JUNTXS SOMOS MAIS FORTES

Foram três encontros realizados aos sábados em agosto de 2018 para a construção do projeto Juntas somos mais fortes. Esses momentos de formação do projeto foram mobilizados pelas mulheres, que desejavam conhecer e se apropriar mais de outros saberes e discussões que percebiam nos seus cotidianos, mas não tinham condições, tempo e acessos. Dessa forma, elaboramos junto com as mães e familiares um curso de formação política para possibilitar o acesso ao conhecimento crítico e político, principalmente às pessoas que estão no contexto de violência, visando fortalecer a luta por justiça e garantia de direitos. Além disso, propiciar a valorização e articulação dos saberes teórico-empíricos, possibilitando formas de resistências coletivas e individuais, e fortalecer o compromisso e articulação política e social entre e com Universidade Pública e a Sociedade Civil objetivando consolidar a inserção e a participação em espaços públicos e democráticos.

A formação do projeto ocorreu com a coordenação da professora do curso de graduação de Serviço Social da UECE, bem como da pesquisadora colaboradora, além da participação

⁷ Ao usar o termo “mundo do crime”, segue-se a perspectiva adotada por Gabriel Feltran conforme a apreendeu em seu uso nas periferias da cidade de São Paulo: “(...) o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente, no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos” (FELTRAN, 2008, p. 19).

de uma assistente social do Cedeca, bem como a integração das mães e familiares em todo o referido processo.

Ressaltamos que a materialização do projeto incentivou a produção de conhecimento, tendo como pressuposto as trajetórias, experiências e construção de estratégias políticas das mulheres-mães, bem como fortalecer a articulação teórico-empírica. O conteúdo do curso foi distribuído em três eixos, cada eixo com três encontros, sendo que um encontro será uma oficina efetivada pelas integrantes dos grupos. Dessa forma o projeto está distribuído da seguinte forma:

1º Eixo: Estado, periferia e políticas públicas: Serão três encontros. O primeiro destinado a discussão de Estado na perspectiva de compreender a construção das políticas públicas no Brasil.

2º Eixo: Negritude, história e gênero: Inicialmente teremos um momento de debate sobre gênero e negritude no Ceará com a participação de integrantes de movimentos sociais feministas na cidade.

3º Eixo: Participação e mobilização social: fortalecendo autonomia e cidadania: Neste eixo começaremos com debates sobre orçamento público e controle social para compreendermos como as políticas públicas são materializadas e como podemos participar desses processos. Serão nove encontros mensais aos sábados, e estão distribuídos em três eixos durante nove meses.

A metodologia do projeto emerge da articulação de diversos saberes, tendo como objetivo potencializar através do conhecimento crítico e reflexivo as lutas dessas pessoas pela garantia de direitos, memória e justiça. Alicerçada na perspectiva qualitativa, a proposta visa uma abordagem baseada na educação popular. Diante disso, o projeto do curso de formação política visa em momentos de debates com professores e pesquisadores da Universidade Estadual do Ceará e militantes dos movimentos sociais para facilitar espaços de reflexão, troca e construção de conhecimentos e saberes, como também propor oficinas ministradas pelas pessoas que integram o movimento.

Além disso, visamos realizar uma oficina de autocuidado com a perspectiva de compreender há necessidade de dar assistência ao corpo e alma, pois as violações modulam e afetam nossos sentimentos e emoções, constituindo outra forma de ser e existir. Buscamos propor uma oficina de escrita criativa com o objetivo que as pessoas registrem, através da poesia e da criatividade suas experiências e trajetórias de vida que são marcadas por resistências e lutas.

Incluímos na estrutura do projeto, rodas de conversas com os coletivos juvenis que estão situados na periferia da cidade e são formados por jovens moradores dos seus respectivos bairros. Estes coletivos são formados por múltiplas necessidades, sobretudo, por pessoas que se organizam politicamente para luta por garantia de direitos sociais.

A proposta de avaliação do Curso de Formação Política consiste na avaliação realizada pelas mulheres ao final de cada encontro mensal. Utilizando a roda de diálogos como estratégia metodológica organizada em três eixos para avaliação: pontos/aspectos bons, pontos/aspectos que podem ser melhorados e sugestões. Após a roda de diálogos que visa propor uma avaliação democrática e participativa será produzida uma ata como esses registros divididos nos três eixos mencionados.

O curso foi iniciado em janeiro de 2019 na perspectiva de promover espaços e debates que possibilitem as pessoas a entenderem que são capazes de aprenderem algo novo e avançar nas suas lutas sociais e coletivas, compartilhando e socializando conhecimentos sobre Estado, periferia e mobilização social, objetivando fortalecer as articulações do movimento. Este primeiro encontro do curso de formação política teve a participação de vinte e cinco mulheres. O

registro fotográfico foi autorizado pelas participantes do curso (Fig. 1).

Figura 1 - 1º Encontro do Curso de Formação Política em janeiro 2019



Fonte: Autores

Com base na metodologia participativa, as discussões e debates foram profícuos e intensos, tendo a articulação com as experiências vividas. Os encontros do curso de formação política adensam a ativa participação das mães e familiares. Há o reconhecimento das pessoas que compõem o movimento como sujeitos de direitos a partir de uma perspectiva de cidadania ativa na dinâmica da vida social contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão vem sendo materializado na perspectiva de cidadania, democracia, participação social e produção de saberes plurais. A intensa mobilização das pessoas em formarem o curso demonstra as inúmeras potencialidades que podem ser tecidas. O papel da Universidade se faz fundante nesse processo de construção e formação de conhecimento mais horizontais.

Esses grupos possuem uma dinâmica encarnada nas desigualdades sociais da sociedade capitalista, incorporadas em suas falas e práticas, eixos estruturantes da vida social, por isso fortalecer as lutas e resistências torna-se um compromisso político e social.

Compreendemos assim, que a emergência dos movimentos sociais de mães está imbricada na violência urbana. Assim, interpretamos que “ser mãe” possui uma dimensão pública. Vianna e Farias (2011) destaca o acionamento da condição de mãe como aspecto de autoridade moral em atos políticos, que nos falamos de trânsitos relevantes em cenários contemporâneos. Pensar os discursos e os atos materializados pelas “mulheres-mães” é compreender que suas ações, gestos e narrativas fazem parte de um repertório de experiências e recursos que circulam através de microrredes, formadas por interações sociais e simbólicas constituídas pelas mulheres.

Esse repertório que se replicam em diversas dinâmicas entre as mulheres que, a partir de um dado momento e movidas por condições específicas, passam a se enxergar como parte de um coletivo (VIANNA; FARIAS, 2011). Salientamos para formas de resistências, enfrentamentos, sofrimentos, silêncios, atos, que apontam para um contexto de violações de sujeitos

e sujeitas de direitos, ao mesmo tempo, revela a construção de ações sociais fomentadas em situações de extrema violência e desigualdade.

Dessa forma contribuir para que as lutas sociais sejam fortalecidas, precisamos tecer pontes de saberes, práticas e discursos para que essas mulheres possam ter e construir possibilidades de ser e existir em uma realidade, atravessa por desafios e possibilidades. Compreendemos que este projeto se configura como uma estratégia de resistência coletiva.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, L. M. P. de S. **Pobreza e lugar(es) nas margens urbanas**: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. 2015. 450 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- FELTRAN, G. de F. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Ed. da UNESP: CEM: CEBRAP, 2011.
- GOHN, Maria Gloria. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.
- KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev. 2003.
- KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**. São Paulo: Ed. 34. 2010.
- LEITE, Ingrid Lorena da Silva. **É meu direito de mãe**: narrativas de mulheres integrantes do grupo de mães do sistema socioeducativo de Fortaleza. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.
- MISSE, Michel **et. al.** Entre palavras e vidas: um pensamento de encontros com margens, violências e sofrimentos. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social, v. 5, n. 2, p. 335-356, jun. 2012.
- PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? *In*: ALGRANTI, L. (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002. p. 7-42.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.
- SARTI, Cynthia Andersen. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cardenos Pagu**, n. 16, p. 31-48, set. 2001.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun., 2004.
- TELLES, Vera. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.
- VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, v. 37, p. 79-116, jul./dez. 2011.

WACQUANT, Loic. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. **Parais Urbains**. Paris: La Découverte, 2006.

ZALUAR, ALBA. **O contexto social e institucional da violência**. Rio de Janeiro: Nupevi - IMS/UFRJ, 2001.

Data de recebimento: 20 de setembro de 2019.

Data de aceite para publicação: 11 de novembro de 2019.